



BALANÇO DE PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE O ACESSO E PERMANÊNCIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

BALANCE OF SCIENTIFIC PRODUCTIONS ON ACCESS AND PERMANENCE OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

ARTIGO

Daniele dos Santos Lopes da Silvaⁱ
Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT
E-mail: daniele.santos@unemat.br

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima
Universidade do Estado de Mato Grosso –
UNEMAT
E-mail: fernanda.landolfi@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo surge como proposta de uma atividade avaliativa, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), com a finalidade de implementar uma argumentação relacionando as abordagens teóricas da disciplina de Teoria da Educação referente a temática de pesquisa. Para tanto, nos embasamos nas teorias de Oliveira (2009), Ferreira (2013), Hoolks (2020) e Costa (2009). Este artigo constitui-se de um levantamento das produções científicas, teses e dissertações disponibilizadas nos acervos do Banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, realizado a partir do estado do conhecimento, com o objetivo de identificar as produções científicas nos últimos (6) anos sobre temática do “acesso e permanência”, com foco nas pessoas com deficiência na educação superior, com a problemática de entender como os programas, ações e políticas de acesso e permanência influenciam na trajetória dos estudantes com deficiência durante a graduação?. Adotamos como metodologia uma abordagem qualitativa do tipo bibliográfica. Para a organização categorização e sistematização dos dados, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme descrita pela autora Bardin (2011). Os resultados, apontam a necessidade de efetivação nas ações que envolvem a demanda de formação pedagógica por parte dos docentes/servidores, melhorias nas condições de acessibilidade e inclusão, eliminação das barreiras atitudinais e pedagógicas, continuação no desenvolvimento de ações nas políticas afirmativas e ampliação do programa de assistência estudantil, como maior oferta de auxílios e reajustes nos valores, tendo em vista que a condição econômica se revelou como um fator que influencia na permanência.

Palavras-chaves: Educação Superior. Acesso e Permanência. Políticas, Programas e Ações. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT:

The present article emerges as a proposal for an evaluative activity in the Graduate Program in Education (PPGEdu), with the aim of implementing an argument relating the theoretical approaches of the discipline of Theory of Education regarding the research theme. To this end, we base ourselves on the theories of Oliveira (2009), Ferreira (2013), Hoolks (2020), and Costa (2009). This article consists of a survey of scientific productions, theses, and dissertations available in the databases of the CAPES Thesis and Dissertation Catalog, conducted from the state of knowledge, with the objective of identifying scientific productions in the last six (6) years on the theme of “access and permanence,” focusing on people with disabilities in higher education, with the problem of understanding how access and permanence programs, actions, and policies influence the trajectory of students with disabilities during their undergraduate studies. We adopted a qualitative methodology of a bibliographic type. For the organization, categorization, and systematization of data, we employed the content analysis technique, as described by Bardin (2011). The results indicate the need for effective actions involving teacher/staff pedagogical training demands, improvements in accessibility and inclusion conditions, elimination of attitudinal and pedagogical barriers, continuation in developing actions in affirmative policies, and expansion of student assistance programs, such as greater availability of aid and adjustments in values, considering that economic conditions proved to be a factor influencing permanence.

Key words: Higher Education. Access and Permanence. Policies, Programs, and Actions. Persons with Disabilities.

Editor:
Dr. João Batista Lopes da Silva
Universidade do Estado de Mato Grosso
e-mail: revistaedu@unemat.br



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surge como proposta de uma atividade avaliativa, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), com a finalidade de implementar uma argumentação relacionando as abordagens teóricas da disciplina de Teoria da Educação referente a temática de pesquisa. Para tanto, nos embasamos nas teorias de Oliveira (2009), Ferreira (2013), Hololks (2020), Costa (2009), do ponto em que tratam especificamente do acesso à educação de grupos sociais marginalizados.

Atualmente a temática, tem recebido grandes destaques, principalmente no contexto social com o desenvolvimento de recorrentes ações e debates de iniciativas inclusivas, acessíveis, com a intuito de respeitar a diferença e valorizar a diversidade específicas de cada indivíduo, permitindo-lhe o direito de igualdade em relação a inserção e o exercício da cidadania.

As iniciativas também propõem entender o contexto do processo histórico até a atualidade das ações, programas e políticas, com a finalidade de eliminar quaisquer barreiras impostas durante um longo período histórico que venha contribuir para um cenário de desigualdades e exclusão da pessoa com deficiência, nos diversos âmbitos da sociedade, incluindo o educacional.

Assim, o presente artigo tem como o objetivo geral identificar as produções científicas nos últimos seis (6) anos acerca da temática do “acesso e permanência”, com foco nas pessoas com deficiência/estudantes da educação superior através a análise das produções acadêmicas de teses e dissertações, as buscas foram realizadas no banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações. Diante do exposto, a problemática visa entender como as políticas, programas e ações de acesso e permanência influenciam na trajetória das pessoas com deficiência durante a graduação?

Ressalta-se que, a partir da década de 90, diversos e importantes marcos legais contribuíram para subsidiar até nos dias atuais, a garantia do direito educacional das pessoas com deficiência na educação superior, apesar de carecer de políticas de permanência.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O ingresso de pessoas com deficiência na educação superior foi tardio, especificamente efetivamente nas duas últimas décadas, sendo suas trajetórias educacionais marcada por intensas lutas oriundas dos movimentos sociais de iniciativas nacionais e internacionais em busca dos direitos das pessoas com deficiência. Conforme Santos (2020), esses movimentos tornaram-se uma bandeira histórica, buscando por meio da lei subsídios que asseguram os direitos da pessoa com deficiência na educação superior.

Uns dos movimentos internacionais mais citados como contribuinte na trajetória de luta dos movimentos da pessoa com deficiência foi a conferência Mundial de Educação para Todos, realizada Jomtien, Tailândia (1990), com a meta de combate ao analfabetismo e o acesso universal à educação e Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em 1994, culminando na Declaração Salamanca realizada em Salamanca, dispendo em tratar das políticas, práticas e princípios no campo das necessidades educacionais especiais.

Outro marco importante dos movimentos internacionais foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, criada pela Organização das Nações Unidas (2006), com a finalidade de proteger a dignidade e direito da pessoa com deficiência, instituída por meio do Decreto nº 6.949/2009, reconhecendo a importância da acessibilidade, princípios de igualdade de oportunidades, a não discriminação, o respeito pelas diferenças em busca do desenvolvimento de uma educação inclusiva.

Para prosseguirmos, apresentamos quem são considerados/as pessoas com deficiência com base na Lei Brasileira de Inclusão de nº 13.146/2015, art. 2º, parágrafo único: é [...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p.01).

É necessário destacar que em pesquisas já realizadas em torno da temática, Áreas (2021), Resende (2019), Kortelt (2020), evidenciam que o percurso estudantil das pessoas com deficiência, desde a educação básica até o ensino superior foi, e ainda é, constituído de barreiras.

ras, exclusões e preconceito, estigmas, sendo estes exercidos por diferentes pessoas/instituições e de diferentes formas nos mais diversos âmbitos sociais, esses obstáculos combinados com a falta de acessibilidade e inclusão contribuem para perpetuação deste cenário.

3 PRESSUPOSTOS DAS ABORDAGENS TEÓRICAS E OS ÍNDICES NACIONAIS

Neste tópico, iniciaremos com uma contextualização sobre a temática de estudo. Neste sentido, Oliveira (2009), ao tratar dos “estudos culturais e a questão da diferença na educação”, observa que as práticas pedagógicas e os currículos das escolas são historicamente baseados em padrões e valores das culturas hegemônicas. As vozes de grupos sociais marginalizados, geralmente são excluídas, este autor alerta para a necessidade de práticas educacionais e teorias mais reflexivas em relação entre saberes, poderes, identidades, à pluralidade e à contingência do contexto social.

O autor ainda propõe que os ambientes educacionais valorizem e reconheçam o hibridismo e as diferenças, incorporando as diferentes tradições culturais que compõem o contexto social, inclusive as tradições culturais daqueles que, historicamente, sofrem condição de subordinação, negros e negras, homossexuais, mulheres, trabalhadores rurais, pessoas com deficiência, entre outros. Portanto, a defesa da proposta de uma educação multicultural enseja em políticas, currículos e práticas pedagógicas inclusivas.

Em um cenário ainda recente, os reflexos dessas questões são percebidos de várias maneiras em âmbito nacional. Assim precisamos tecer algumas considerações a respeito para melhor compreensão. Em 2016, a criação da Lei de nº 13.409, alterou a composição da Lei nº 12.711/2012, que já assegurava para alguns grupos sociais a reserva de vagas nas IFES, democratizando o ingresso para as pessoas com deficiência no ensino superior federal por meio das políticas de ação afirmativas. A criação Lei de nº 13.409/2016, também serviu de base as instituições de Ensino Superior Estadual implementassem a reserva de vagas.

Destacamos que, nesse período de implementação da Lei de cotas, criou-se também a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/2015, conforme expresso no Capítulo IV, art. 27, que afirma que “a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades” (BRASIL, 2015, p.06).

Dando sequência, após verificar a educação de qualidade como um direito da pessoa com deficiência, apresentaremos dados para o confronto de tal realidade. A Pesquisa Nacional de Saúde (2019), revelou um cenário brasileiro preocupante em relação à educação da pessoa com deficiência.

Em 2019, cerca de 67,6%, desta população não possuía instrução ou apresentava apenas o ensino fundamental incompleto e para população geral esse índice foi de 30,9%, evidenciando a desigualdade educacional.

Esses dados explica-se no estudo de Ferreira (2013), a luz da teoria de Bourdieu, nos propõem de forma relevante pensar qual o papel da escola, com o tema “Bourdieu e Educação: Concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil”, Bourdieu, um grande pensador contemporâneo aborda temas emergentes sobre a educação na sociedade moderna, reconhece a escola como um lugar de legitimação das desigualdades sociais, no domínio capitalista, dentre as quais podem ser vislumbradas nos dados apresentados acima.

O acesso à educação a partir do século XX, teve um tímido crescimento, ainda assim restrito apenas à parcela reduzida da sociedade. Bourdieu explica esse processo através de um sistema teórico, que entende que a inserção social do sujeito está condicionada a sua herança social, ou seja, as demais experiências/opportunidades proporcionados pela família aos sujeitos durante sua trajetória estudantil, como cursar outra língua, tradição e etnia, refletindo no desempenho escolar, isto é, o sucesso/fracasso em constante repetição social (Ferreira, 2013).

O sociólogo Bourdieu, aborda alguns conceitos importantes nas relações sociais, como o capital econômico, cultural e social. O capital econômico refere-se à condição financeira e as posses de recursos do sujeito, o capital cultural está relacionado aos (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), emitidos pelas instituições reconhecidas, e o capital social, que representa as relações sociais capitalizadas entre os sujeitos e os agentes. Portan-

to, a classe popular mais desprovida de capital cultural e econômico, teria por consequência menos investimentos na educação, com qualificações insuficientes para disputar altas posições, com reflexos em menores remunerações.

A classe média, teria um alto investimento na educação de seus filhos, considerando que dispunha de uma quantidade razoável de capitais, garantindo sua ascensão social em direção às elites. Por sua vez, a elite investiria bastante em educação, no entanto, de forma descontraída, isto porque o fracasso escolar para elites seria praticamente improvável, posto que o sucesso para esta classe ocorre quase que de forma natural, em virtude de possuir grandes volumes de capitais (Ferreira, 2013).

Dessa forma, a educação revelou-se como limitada diante da sociedade hierarquizada e enquanto seu papel revolucionário, contudo, na pedagogia, no inconsciente coletivo e nas políticas públicas a educação continua viva. Acredita-se, que, por meio do crescimento educacional, possa se ter no país uma população, mais qualificada profissionalmente, consciente politicamente e mais avançada moralmente. Considerando o tradicionalismo econômico, social e cultural, a educação se encontra no seio das desigualdades, necessitando de investimentos desses capitais indispensáveis.

Nessas desigualdades, as melhores escolas são pagas e destinadas/acessíveis à elite e a classe média, nos processos seletivos, os melhores cursos nas melhores faculdades são destinados aos indivíduos bem mais preparados (Ferreira, 2013).

De maneira oposta, como afirmado por Bourdieu e na atualidade, as escolas públicas enfrentam grandes dificuldades em suas estruturas, na remuneração de pessoal, e demais situações, estas questões são potencializadas e refletem negativamente na constituição da educação das pessoas com deficiência, em que a famosa igualdade meritocrática de oportunidades, neste contexto de contradição não ganha espaço. Destarte, Sobrinho (2011), contribui apontando que:

[...] uma política pública de democratização da educação superior deve propiciar mais e melhores oportunidades de acesso, mas sempre assegurando boas condições de permanência do estudante nos cursos. Democratizar o acesso significa implantar políticas de ingresso, mas também de permanência (Sobrinho, 2011, p.150).

Neste sentido, reforçamos a importância das políticas públicas tanto para o acesso quanto para a permanência, bem como para o alcance de bons resultados educacionais.

Outro dado importante, está demonstrado no Censo da Educação Superior (2021), o número de matrículas das pessoas com deficiência teve uma redução de mais de 50%, nos cursos de graduação presencial e distância em relação aos anos anteriores (2019 e 2020). Em nível mundial as matrículas registraram apenas (24.062) e estadual (496). Esta redução pode ter interferência do período da doença infecciosa da covid-19. A situação emergente e brusca adaptação ao período remoto também pode ter contribuído para falta de adaptação das instituições, professores e alunos, causando nos níveis estadual e mundial uma queda acentuada nas matrículas.

No entanto, os números de matrículas para os municípios em 2021 e 2022, no contexto local do município de Cáceres/MT, permaneceu o mesmo, sendo total de (22) matriculados. Mesmo que, com a lei de cotas, a aderência desses estudantes ainda caminha a passos lentos, tendo em vista que, muitas são as adaptações necessárias para que este estudante sinta segurança, pertencimento e a garantia de sua autonomia. Neste contexto, Silva e Veloso (2013) afirma que:

[...] o acesso pode ser entendido mais profundamente, de forma a transcender a contradição que emerge dessa compreensão que se relaciona à dualidade 'incluído/excluído', 'integrado/não integrado', 'parte/todo'. O acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à práxis criativa (Silva e Veloso, 2013, p. 729).

Portanto, o conceito de acesso transcende a contradição de incluir o excluído, envolve uma ação coletiva para o pertencimento. A inclusão da pessoa com deficiência demanda de atenção nos mais diversos aspectos, para atender a diversidade e a especificidade inerente a

cada estudante. Sabe-se que um ambiente hostil causa a segregação. Os estudos de Sousa (2021), apresenta outros fatores, que refletem diretamente na permanência, pois:

os recursos investidos no PNAES não acompanharam essa democratização do acesso por meio da lei de cotas. A realidade é eles são insuficientes para atender a esta nova demanda. Isso faz com que a assistência estudantil das IFES seja uma política pública focalizada e super seletiva, tornando o acesso aos auxílios concorridos, com critérios de ingresso cada vez mais rígidos, burocráticos e excludentes, fazendo com que a política chegue somente àquele segmento comprovadamente mais pauperizado e vulnerável, (Sousa, 2021, p.44).

Diante do exposto, o governo deve ampliar os recursos destinados às políticas de permanência.

Por fim, os recentes dados do IBGE (2022), revelam que “a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade” IBGE (2022, p.03), cerca de 8,9% da população Brasileira. Destas apenas 14,3%, com idades entre 18 a 24, estavam no ensino superior. Ainda que represente um avanço em comparação aos dados do INEP (2018), que registrava 0,516%, menos de um (1%) da população geral, os dados demonstram ainda há muito a ser feito, conforme explicitado acima por (Souza, 2021) em relação ao PNAES.

Ainda com base no IBGE (2022), a taxa de analfabetismo total por grupo de faixa etária, registrou para pessoa com deficiência um total de 19,5%, e 4,1% para população geral. Em todas as faixas etárias a taxa de analfabetismo foi maior para pessoas com deficiência. Na taxa de escolarização, que se refere a frequência de grupos de faixa etária no ambiente escolar, evidenciou que em todas as faixas etárias a frequência da pessoa com deficiência é menor.

O mesmo acontece com a taxa de frequência escolar líquida, essa taxa representa a população na escola na etapa adequada a sua faixa etária, os dados da pessoa com deficiência apresentaram uma diferença percentual de 11,2%, no ensino superior, em relação a população geral, isso implica dizer que, a população com deficiência tem menor acesso na faixa etária adequada durante esse período de escolarização.

Também existem desigualdades elevadas no mercado de trabalho, cerca de 17,5 milhões de pessoas com deficiência estão em idade de trabalhar, destes 12,4 milhões estavam fora da força de trabalho, podendo estar atrelado aos índices educacionais, já que a pessoa com deficiência pode sentir-se despreparada profissionalmente. A renda das pessoas com deficiência é menor do que à população geral, independentemente do sexo.

A pessoa com deficiência do sexo feminino enfrenta dupla desvantagem, uma vez que, a questão de desigualdade salarial entre homens e mulheres, historicamente já é debatida por apresentar tais diferenças no mercado de trabalho.

Neste sentido, Costa (2009), ao tratar dos sindicatos das empregadas domésticas (Teorias de decolonização e saberes subalternos), ressalta algo que pode ser abordado dentro do nosso contexto, a necessidade de construir uma identidade profissional de cada categoria, considerando a ausência da mesma por partes destas trabalhadoras e reconhecendo a importância da mobilização política, pois, somente assim conseguirão demandar seus direitos de cidadania, tendo em vista que, as condições de emprego tendem a depender mais do mercado, do que de lutas e conquistas sociais da categoria.

De acordo com os resultados do IPEA (2014) sobre o acesso ao ensino superior dos jovens evidenciam que:

as condições socioeconômicas, em particular a renda, têm sido apontadas como fator de alta correlação com o desempenho educacional dos estudantes. No caso do acesso à educação superior que, via de regra, ocorre com o advento da maioridade, a necessidade de gerar renda e ingressar no mercado de trabalho pode constituir empecilho à continuidade nos estudos. Assim como foi mencionado, tal situação é agravada pelo fato de que parcela significativa dos jovens brasileiros não consegue concluir o ensino médio na idade adequada que dificulta ainda mais a continuidade nos estudos mediante ingresso na educação superior (IPEA, 2014, p. 18-19).

As pessoas com deficiência enfrentam grandes desafios educacionais, refletindo no mercado de trabalho e renda, ou seja, em todo seu contexto social, político e econômico.

Neste sentido, Beche e Mendes (2023), expõem que, a união teórica da crítica feminista com os estudos pós-modernos, revelam uma aproximação nas lutas políticas levantadas pelo movimento feminismo e pelas pessoas com deficiência, sendo a partir das experiências das teóricas feministas que se ampliou os estudos para além da deficiência, como: como raça, orientação sexual, gênero e idade.

Para Mello e Mozzi (2018), a ausência das mulheres com deficiência nas lutas feministas resulta na falta de debates pontuais sobre a deficiência. Essa tímida presença, pode ser percebida como consequência determinada pela matriz de dominação, concretizando-se na trajetória de vida das mulheres com deficiência, geradas pela falta de pertencimento. De acordo com a feminista e apoiadora das causas das pessoas com deficiência Hooks (2020), a falta de pertencimento também pode ser visualizada nas primeiras lutas contra o sexismo, onde notou-se a ausência das mulheres negras, nas lutas iniciadas por mulheres branca, tendo como lema “o silêncio do oprimido”.

Aquele profundo silêncio engendrado de resignação e aceitação perante seu pelos direitos das mulheres, porque não víamos 'mulheridade' como aspecto importante da nossa identidade. A socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher e a considerar raça como único rótulo relevante de identificação (Hooks, 2020, p.17).

De acordo com as teóricas feministas e da deficiência Mello e Mozzi (2018) e Butler (1993), o rompimento do silenciamento posto, apenas seria possível no caminho da interseccionalidade, que permite a compreensão das origens das identidades subalternas e as opressões vivenciadas e, ainda proporciona as feministas criticidade política, em relação a matriz de dominação colonial (Akotirene, 2019).

Neste sentido, o relatório do IBGE (2022), frisa na meta 10.2, da ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), tendo em vista o objetivo da Organização das Nações Unidas no Brasil, que visa “Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra” IBGE (2022, p.06). Dessa forma, ressaltamos em observância aos indicadores apresentados a necessidade de cumprimento de tais metas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para iniciarmos o mapeamento das produções científicas, acessamos a página principal do catálogo de dissertações e teses¹, no campo de pesquisa é possível combinar os descritores, que são palavras que tenha ligação com o tema a ser pesquisado, para refinar a busca. Também pode-se utilizar como combinação “aspas” nas palavras e o operador booleano “AND”, contribuindo na delimitação do tema.

De acordo com Ferreira (2002, p. 257) “[...] nos últimos quinze anos no Brasil e em outros países, tem se produzido um conjunto significativo de pesquisas conhecidas pela denominação “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Para Ferreira (2002), estes tipos de pesquisas são:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (Ferreira, 2002, p. 258).

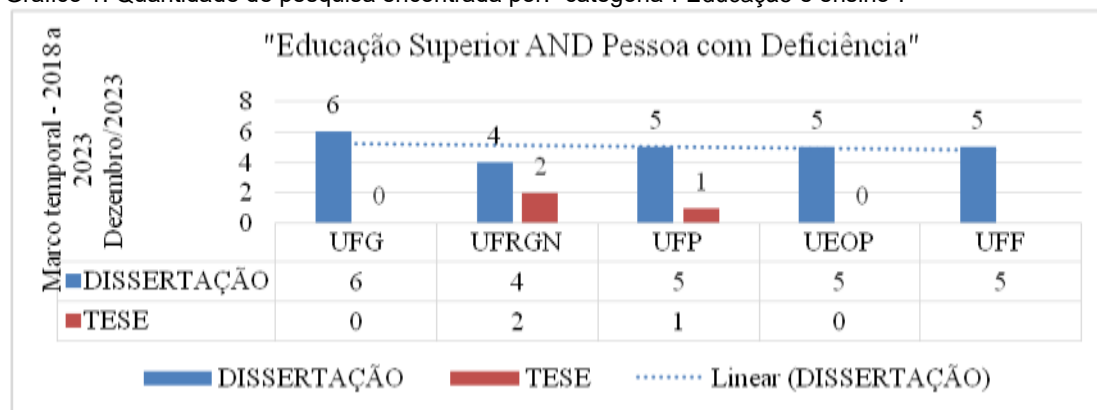
Segundo Romanowski e Ens, (2006, p. 4). “o estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de Estado do Conhecimento”. A

¹ Catálogo de Teses e Dissertação. Disponível em <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Acesso em Junho de 2024.

princípio, fizemos uma leitura dos temas dos trabalhos encontrados, realizando a primeira seleção/refinamento. Em seguida realizamos a leitura dos resumos, e, posteriormente analisamos as produções completas para descrição dos dados.

Para a descrição e análise das produções encontradas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo descrita por Bardin (2011), que envolve três etapas primordiais: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Para a construção do Balanço de Produção, utilizamos os níveis de produções científicas de mestrado e doutorado, nos últimos (6), anos. Iniciamos a pesquisa com o primeiro descritor “educação superior AND pessoa com deficiência” no portal da CAPES, para melhor visualização da pesquisa.

Gráfico 1. Quantidade de pesquisa encontrada por: “categoria”: Educação e ensino”:



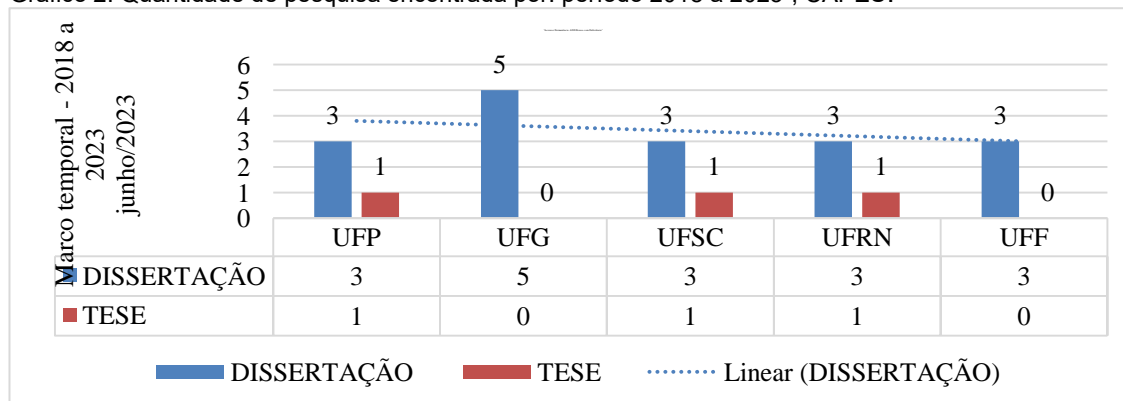
Fonte: Gráfico elaborado pelas pesquisadoras com base nos dados da pesquisa, 2024.

5 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES (CAPES)

Para ilustrar o desenvolvimento desse levantamento elaboramos a descrição da busca conforme exposto a seguir.

De acordo com os dados acima no gráfico (1), para o descritor, “educação superior AND pessoa com deficiência”, encontramos um total de (133) produções na busca geral, e após a delimitação do período e área de conhecimento: “educação e ensino”. Os resultados demonstraram 89, 29%, dissertações e apenas 10,71%. Teses. No doutorado essa temática ainda é pouco abordada, após a leitura dos temas, selecionamos 25 dissertações e 3 teses para análise detalhada.

Gráfico 2. Quantidade de pesquisa encontrada por: período 2018 a 2023”, CAPES.

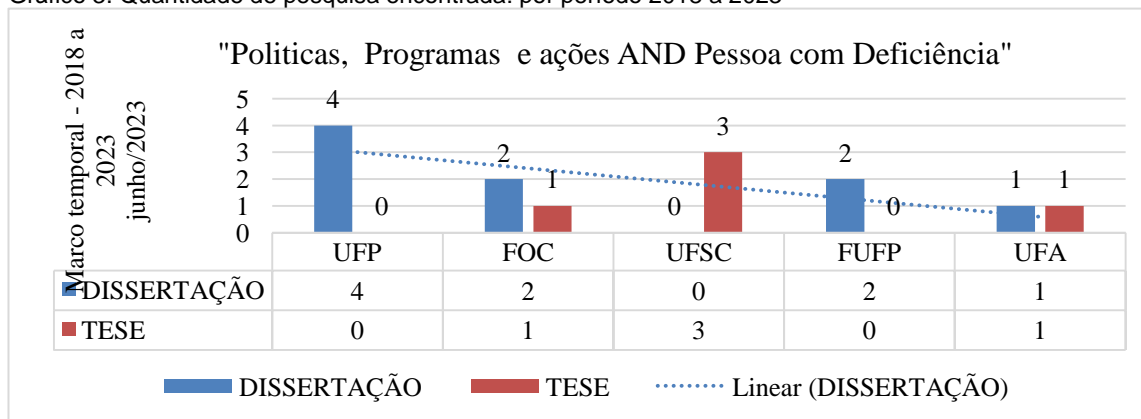


Fonte: Gráfico elaborado pelas pesquisadoras com base nos dados da pesquisa, 2024.

Para o descritor, “acesso e permanência AND pessoa com deficiência”, na busca geral, identificamos (165) produções, ao limitar a busca entre 2018 a 2023 obtivemos um resultado

103 produções científicas, sendo (94) dissertações e (9) teses. Predomina-se novamente as dissertações, nota-se nessas buscas a ausência de produções no Estado de Mato Grosso sobre a temática, observamos a presença do mestrado profissional nas produções científicas. Selecionamos 17 dissertação e 3 teses para análise detalhada.

Gráfico 3. Quantidade de pesquisa encontrada: por período 2018 a 2023



Fonte: Gráfico elaborado pelas pesquisadoras com base nos dados da pesquisa, 2024.

Conforme gráfico (3), utilizando o descritor, “política, programas e ações AND pessoa com deficiência”, encontramos na busca geral (143) produções, após o refinamento para o período definido, restaram (48). Destas (9) dissertações e (5) teses foram selecionadas para leitura detalhada. A seguir elaboramos um quadro com base nas produções encontradas, após a leitura do título e do resumo, selecionamos as produções relacionadas a temática para compor a análise dos resultados:

Quadro1: produções acadêmicas/científicas selecionadas

Nº	Autor/a	Título	Gênero textual	Ano, Instituição
1	Mayane Costa Cerqueira	Permanência na Educação Superior: Percepções de Estudantes com Deficiência da UFRB	Dissertação	2022, UFRB (NORDESTE)
2	Lorena Angin Yannina Camusso Ortiz	A Política de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência na Universidade Federal do Maranhão (UFMA): uma avaliação política da política.	Dissertação	2022, UFMA (NORDESTE)
3	Lilian Cristina Santos Araújo	Auxílio Permanência e Auxílio Moradia na UFPA: limites do Programa Nacional de Assistência Estudantil	Dissertação	2022, UFPA (NORTE)
4	Sandra Cristina Alves de Melo Machado	Perspectivas inclusivas e práticas excludentes no contexto do acesso e permanência de estudantes cotistas: Um estudo no IFRJ - Realengo	Tese	2020, PNRJ (SUDESTE)
5	Amanda de Aquino Sousa	Expansão do Ensino Superior e a Política de Assistência Estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB.	Dissertação	2021, UFPB (NORDESTE)
6	Anielise Mascarenhas Guedes	Institucionalização da Política de Cotas para Estudantes com Deficiência na Educação Superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Dissertação	2020, UFMS (CENTRO OESTE)
7	Camila de Oliveira Resende	Ações Políticas Educacionais Inclusivas para os Estudantes com Deficiência no Ensino Superior Presentes nos Planos De Desenvolvimento Institucional Do Sudoeste Goiano	Dissertação	2019, UFG (CENTRO OESTE)

Fonte: Gráfico elaborado pela pesquisadora com base nos dados da pesquisa, 2024.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para análise e discussão das produções encontradas, foram criadas duas categorias que envolvem nosso objeto de estudo: a primeira categoria trata da inclusão e do acesso e permanência das pessoas com deficiência/estudantes na educação superior e a segunda abrange as políticas, programas e ações, para o acesso e permanência destes estudantes.

6.1 Categoria: “Inclusão e o Acesso e Permanência das Pessoas com Deficiência na Educação Superior”

A inclusão social, envolve um processo rompimento de paradigmas, que demanda de toda sociedade uma mudança de atitude e a universidade como um ambiente de socialização e produção do conhecimento deve também ser a promotora dessa transformação significativa de aprendizagem, proporcionando aos estudantes experiências autônomas e conseqüentemente a permanência. De acordo com (Oliveira, 2017):

A entrada na vida universitária convoca o estudante a uma mudança rigorosa e profunda em sua rotina e em sua relação com o conhecimento. Para não fracassar no percurso acadêmico, ele terá que superar as adversidades próprias da Educação Superior e afiliar-se a um novo espaço, apreendendo suas peculiaridades e suas regras. O mundo acadêmico vai exigir do estudante um certo grau de autonomia e confiança, além de outras características compatíveis ao perfil universitário (Oliveira, 2017, p. 72).

Neste contexto, a pesquisadora Cerqueira (2022), com o objetivo de identificar a percepção das pessoas com deficiência sobre os mecanismos institucionais para a permanência, identificou por partes dos estudantes, os desconhecimentos das políticas de inclusão institucional, apesar do reconhecimento por parte de alguns estudantes em relação ao empenho institucionais. Ainda há um longo caminho em direção da efetivação das ações institucionais. O estudo finaliza apontando a necessidade de ampliar o escopo das políticas destinadas à inclusão da pessoa com deficiência na educação superior, inclusive chama atenção diante dos desafios enfrentados pela pessoa com deficiência em seu percurso educacional.

Na mesma perspectiva, a autora Resende (2019), preocupada com a inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, propõe identificar no Sudoeste Goiano cinco instituições de ensino superior que, em seus planos de desenvolvimento institucional, preveem as orientações normativas da Lei de Cotas nº 13.409/2016 -BRASIL (2016) e da Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 - BRASIL (2015), essas políticas educacionais visam possibilitar o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior.

Os resultados apresentados evidenciam que nas instituições pesquisadas, três ou a maioria na categoria de acesso, não apresenta em seus PDIs a previsão de cotas, dentre estas duas são instituições municipais, e somente uma no âmbito federal não apresentou informações sobre cotas, mesmo tendo previsão da Lei. Em todas as instituições pesquisadas, não foram identificadas conceituações sobre as pessoas com deficiência, conforme LBI (nº 13.146/2015).

Os resultados ainda enfatizam, que a maioria das instituições inclui ações de formação continuada para todo o corpo docente em seus PDI. No entanto, quanto à acessibilidade e às barreiras (arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, pedagógicas e atitudinais), apenas uma instituição não registrou ações contra essas barreiras. Notavelmente, uma instituição apresentou apenas uma pequena ação contra barreiras atitudinais, enquanto duas não tinham ações específicas contra barreiras comunicacionais, sendo que uma delas também enfrentou barreiras pedagógicas. Assim, se faz necessário tecer conceituação sobre a barreira atitudinal, Mantoan (2006) define:

As barreiras atitudinais às diferenças raciais, culturais, de gênero, religiosas, familiares, de origem social, a certos talentos e habilidades, a aspectos ligados ao físico e demais estereótipos podem ser removidas, gradualmente, na medida em que enfocamos cada situação preconceituosa e/ou discriminatória com o cuidado necessário, sem banalizar os sentimentos e trivializar os costumes (Mantoan, 2006. p.65).

Quanto a barreira pedagógica, Junior e Fernandes (2016, p. 79), expõem que:

Infelizmente, o que se observa é que discursos excludentes se perpetuam pelo universo do ensino superior principalmente de profissionais, ao admitirem que não foram preparados para serem receptivos com estudantes com deficiência, evidenciando seu despreparo técnico e, sobretudo, humano em saber lidar com as diferenças que estão presentes na academia.

No entanto, a autora destaca que os PDIs, das instituições foram aprovados no ano de 2018, sendo esta data em que a Lei de cotas entrou em vigor por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), nos processos seletivos, carecendo de nova análise.

A pesquisa Guedes (2020), tem como fundamento investigar como ocorreu o processo de institucionalização da política de cotas para pessoas com deficiência na UFMGS, no período de 2016 (data de publicação) a 2018 (em que passou a vigorar). Durante seu estudo a autora buscou apontar a importância e priorização de políticas focais nas instituições de ensino superior, pois, as Políticas de Ação Afirmativa, apesar de seu caráter temporário visam minimizar as desigualdades históricas e sociais de grupos excluídos/marginalizados, e, em específico o das pessoas com deficiência público no momento. Neste sentido, a Política de Cotas para Pessoas com Deficiência na educação superior se apresenta como mecanismo que possibilita a democratização do acesso ao ensino superior.

Diante do exposto, os resultados indicam que a institucionalização das políticas de cotas ainda está em desenvolvimento. Os primeiros passos fundamentais, mobilização e implementação, foram iniciados, mas, a etapa de institucionalização ainda está em curso na UFMS, com algumas lacunas a serem preenchidas. A pesquisa revela a falta de ações de institucionalização para as estratégias já elaboradas, evidenciando as dificuldades das instituições na efetivação da Lei de Cotas (nº 13/409/2016).

Além do acesso, deve-se desenvolver ações para a permanência dos estudantes. A dissertação de Santos (2019), realizada na UFPB, abordou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2010 para ampliar as condições de permanência e assistir estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com vistas para a conclusão da graduação. A percepção dos estudantes beneficiados pelo PNAES evidencia a necessidade de melhorias nos auxílios, especialmente no auxílio alimentação. Também apontaram dificuldades em relação à comunicação e aos processos burocráticos. Como resultado, foi desenvolvido um robô (chatbot) para fornecer transparência nas informações necessárias, como processos seletivos, documentação e dos auxílios disponíveis.

Sousa (2021), na mesma instituição (UFPB), ao abordar a Política de Assistência Estudantil, revela insatisfações semelhantes por parte dos estudantes. Embora reconheçam que as ações dos programas de assistência estudantil contribuem para a permanência, destacam a necessidade de aumentar o número de vagas, implantar novos auxílios e agilizar os processos seletivos. Além disso, enfatizam a importância de reajustar os valores dos auxílios.

6.2. Categoria: “Políticas, Programas e Ações para Pessoa com Deficiência”

Nesta categoria, iniciaremos com a pesquisa de Machado (2020), a autora evidenciou em sua tese, sobre o acesso por meio da reserva de cotas (para pretos, pardos, pessoa com deficiência, estudantes de escola pública e indígenas) e o Programa de Assistência Estudantil, menciona que foi a partir dos anos 2000, que o acesso no ensino superior passou a ser o motivo de criação de políticas públicas, que objetivava a democratização.

De acordo com Rua (2014, p. 1), “[...] uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas”. Neste sentido, a autora frisa, que foi no período do governo do PT, que iniciou o processo de expansão nas instituições federais e tecnológicas, com apoio dos programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Programa Nacional de Assistência Estudantil – (PNAES), tais programas surgem para possibilitar o acesso à educação superior, bem como, proporcionar apoio de assistência estudantil, para determinados segmentos sociais.

O resultado dessa tese, mostrou reservas de vagas, servem como mecanismos de reparação e justiça social, no entanto na IFRJ, as cotas não garantem a permanência, quanto

aos Programas de Assistência Estudantil, apesar de ser de extrema relevância, tem se mostrado de pouca amplitude institucional e suficientes para atender a demanda dos estudantes.

A autora Ortiz (2022), desenvolveu sua pesquisa no âmbito da temática da “Política de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência na (UFMA)”, os resultados revelaram que existe o desenvolvimento de políticas de acessibilidade e inclusão nesta universidade, tais políticas têm orientações respaldadas no Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (INCLUIR) e do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). Salienta-se que, o Programa Incluir tem objetivo promover o desenvolvimento de políticas institucionais para as pessoas com deficiência, incube a constituição de Núcleos de Acessibilidade para planejar tais políticas. No contexto da LBI, nº 13.146/2015, art. 3º a acessibilidade refere-se:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, p.02).

Reforça-se a importância da política de acessibilidade para eliminação de quaisquer barreiras. Já o programa REUNI, favoreceu a inclusão da pessoa com deficiência/estudantes ao ampliar o número de vagas nas instituições federais. Nessa pesquisa foi possível perceber a falta conexão entre a diretoria e os setores, gerando ações pontuais e isoladas, tendo perda de tempo por parte da diretoria de acessibilidade.

Por fim, finalizamos com algumas considerações de Araújo (2022), ao tratar dos auxílios permanência e moradia na UFPA, verificou-se que o número de estudantes que precisam de auxílio é maior que o número de auxílios ofertados nos editais pela instituição, a distribuição dos auxílios é desproporcional, favorecendo outro campus da instituição, o quadro de servidores é insuficiente para atendimento das demandas dos estudantes, sendo preciso uma reestruturação de prioridades de cada campus.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desse artigo possibilitou vislumbrar as lacunas existente em relação a temática, concluímos, que os reflexos das desigualdades educacionais são apontados por meio dos índices nacionais do IBGE e pela Pesquisa Nacional de Saúde, sendo confirmados tanto nas abordagens teóricas, apresentado por Oliveira (2009) Ferreira (2013), Hoolks (2020), Costa (2009), como nas pesquisas realizadas nos últimos (6) anos, revelam que a trajetória estudantil das pessoas com deficiência tem marcas históricas de conquista e lutas pela eliminação das barreiras, preconceito e estigmas. No entanto, esses reflexos encontram-se enraizados na sociedade capitalista contemporânea, tornando a completa inclusão um caminho distante do ideário na prática.

Evidentemente há necessidade de ampliação e criação de políticas, programas e ações de assistência, principalmente em relação aos auxílios ofertados para os estudantes em vulnerabilidade. Percebemos, que a qualidade da educação das pessoas com deficiência está comprometida desde a educação básica, tendo em vista que, as pesquisas revelam desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência. Em relação a inclusão, nota-se que as instituições de ensino apesar da legislação, ainda não efetivaram as políticas públicas, carecendo de institucionalização, as barreiras atitudinais e pedagógicas ainda permanecem nos discursos de despreparo profissional.

É necessário a efetivação nas ações que envolvem a demanda pedagógica por parte dos docentes, ampliar ações que envolvem os servidores, as estruturas arquitetônicas na acessibilidade e continuação de ações nas políticas afirmativas, bem como, a sensibilização e o desenvolvimento de uma cultura inclusiva.

REFERÊNCIAS

BECHE, Rose Clér Estivaleta; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. O que nos mostra a produção científica sobre as mulheres com deficiência no Ensino Superior? **Revista Educação Especial**, v. 36, n. 1, p. e48/1-30, 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257-272, 2002.

FERREIRA, Wallace. Bourdieu e educação: concepção crítica para pensar as desigualdades socioeducacionais no Brasil. **e-Mosaicos**, v. 2, n. 3, p. 46-59, 2013.

HOOKS, Bell. E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo. **Rosa dos Tempos**, 4. Ed. p. 32, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: 2022**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2022.

IBGE. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios](#). Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Evolução do Acesso de Jovens à Educação Superior no Brasil**. Brasília. 2014.

JUNIOR, Claudovil Barroso de Almeida; FERNANDES, Sueli. Políticas de acessibilidade no ensino superior: desafios institucionais. **Estação Científica**, v. 6, n. 3, p. 75-83, 2016.

MACHADO, Sandra Cristina Alves de Melo. **Um Estudo no IFRJ-REALENGO**. 2020. 218f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Mantoan, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?. **Moderna**, p. 379-263, 2003.

OLIVEIRA, A. S. R. de; Silva, I. R. Políticas de inclusão social no ensino superior brasileiro: um estudo sobre o perfil socioeconômico de estudantes nos anos 2010 a 2012. **Educação em Revista**, v. 33, p. 1-28, 2017.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. **In Diálogo Educacional. Curitiba**, v.6, n. 19, p. 37-50, 2006.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. **Revista Atual**, 3. ed., p.130, 2014.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**. vol.31 nº. 113, 2015.

SILVA, M. das G. M. da; VELOSO, T. C. M. A. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v. 18, n. 3, p. 727-747, 2013.

SOUSA, Amanda de Aquino. **Expansão do ensino superior e a política de assistência estudantil: análise a partir da percepção dos discentes assistidos na UFPB**. 2021.108f. Dissertação (Mestrado [Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação](#)). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

i Sobre as autoras:

Daniele dos Santos Lopes da Silva (<https://orcid.org/0009-0003-2240-9552>)

Mestranda em Educação na Universidade do Estado de Mato Grosso. Possui graduação Tecnológica em Processos Gerenciais pela Faculdade Educacional da Lapa (2020). Bacharela em Ciências Contábeis - UNEMAT - Cáceres - MT. Pós Graduada em Gestão Contábil - Faculdade Educacional da Lapa - FAEL. Cursando Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação-PPGEDU - UNEMAT, Câmpus Cáceres/MT. Bolsista CAPES.

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima (<https://orcid.org/0000-0002-3340-5587>)

Possui doutorado em Educação com especificidade em avaliação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, em 2012, concluiu o estágio Pós-Doutoral nesta mesma universidade, cursando parte deste estágio na Universidade de Aveiro em Portugal. Graduiu-se em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Atualmente é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da UNEMAT. Desenvolve atividades como avaliadora da Educação superior pelo INEP/ SINAES/BASIS. Em suas atividades profissionais interage com muitos colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos, redes e grupos de pesquisas. Atua na área da Educação, com ênfase em Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas Educacionais. Os temas mais frequentes em sua produção científica são: Universidade e Educação Superior, Avaliação Institucional e de Sistemas, Avaliação Participativa e Políticas Educacionais.

Como citar este artigo:

SILVA, Daniele dos Santos Lopes da; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Balanço de produções científicas sobre o acesso e permanência de pessoas com deficiência. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 15, n. 1, p. 151-163, 32ª Edição (Especial), 2025. <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>.

Revista Educação, Cultura e Sociedade é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

Indexadores: DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM – SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR